

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O empreendimento está de acordo com as normas vigentes na legislação ambiental nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, atendendo todas as exigências requeridas para a implantação e operação do parque eólico.

4.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

4.2.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do Art. 23 estabelece a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como os monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.

O Art. 24 fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: Floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

No Capítulo do Meio Ambiente, VI, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das eficácias medidas no cumprimento do preceito protecionista a Constituição

assegurou-lhes as prerrogativas: Criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão a não ser que a lei expressamente o autoriza; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar aos que exploram recursos minerais, recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

4.2.2. RELAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O empreendimento em questão está voltado para a atividade de Parcelamento do Solo, sujeita-se ao Licenciamento Ambiental, conforme previsto na Lei 6.766/1979, motivo pelo qual foi elaborado o EIA/RIMA, conforme exigência do órgão competente, qual seja a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE.

O empreendimento atende o Código Florestal Brasileiro e a Resolução CONAMA 303/02 no que diz respeito as larguras das faixas das APPs. Neste caso foi atendido à legislação ambiental, conforme artigo 3º em dois momentos: APP de 50 metros para proteção do rio Catu, APP de 30 metros para proteção do riacho existente.

O empreendimento atende a resolução CONAMA 302/02 no que diz respeito as larguras das faixas das APPs em reservatórios artificiais. Neste caso foi atendido à legislação ambiental em um momento: APP de 15 metros para proteção do açude existente, no entanto o empreendedor contemplou uma faixa de 30 metros.

A instalação do empreendimento também está de acordo com o disposto no Plano Diretor de Aquiraz, bem como com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo de Aquiraz/CE. Além disso, o empreendimento conta com Anuência da Prefeitura Municipal de Aquiraz, apresentada nos anexos deste estudo.

A empresa atende todos os requisitos da legislação aplicável, bem como as demais pertinentes.

4.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

4.3.1. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ DE 1989

Em seu Art. 24 a constituição do estado incumbe ao Estado e Municípios costeiros manter, cada um em sua esfera organizacional, órgão especializado, sintonizado com as diretrizes federais, provendo a elaboração de plano de gerenciamento costeiro.

O Capítulo IV – do Meio Ambiente, compreendendo os Artigos 259 a 271, trata das questões ambientais de relevância para assegurar a qualidade de vida, a sanidade do meio ambiente e o bem estar da população, reconhecendo que o meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

4.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- ❖ Lei Orgânica do Município de Aquiraz – promulgada em 05 de abril de 1990.
- ❖ LEI Nº 003, DE 06 DE MAIO DE 1981 - Dispõe sobre normas para o parcelamento do solo no município de Aquiraz e dá outras providências.